

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

### **SUGESTÃO Nº 55, DE 2012**

Altera a Lei nº 8.213/91 para estabelecer de maneira inequívoca a extensão aos trabalhadores(as) rurais empregados e trabalhadores (as) rurais em Regime de Economia Familiar, do direito à aposentadoria especial.

**Autor:** Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena e Região - SINTER

**Relator:** Deputado BONIFÁCIO ANDRADA

## **I – RELATÓRIO**

A Sugestão nº 55, de 2012, oriunda do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena e Região envia Sugestão de Projeto de Lei para dispor, de forma inequívoca, sobre o direito à aposentadoria especial pelos empregados rurais e trabalhadores rurais que exercem suas atividades em regime de economia familiar.

Argumenta a referida entidade que a aprovação de projeto de lei nos moldes sugeridos irá beneficiar milhares de trabalhadores rurais que são obrigados a trabalhar em precárias condições de saúde e segurança do trabalho.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

O Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena e Região – SINTER apresenta Sugestão nº 55, de 2012, ora sob análise desta Comissão, em que propõe que sejam adotadas as medidas legais necessárias para assegurar o direito à aposentadoria especial, com redução do limite de idade para aposentadoria, aos trabalhadores rurais que exercem suas atividades sob condições prejudiciais à saúde.

Segundo o SINTER, 77% da População Economicamente Ativa Rural - PEAR está concentrada na agricultura familiar, setor de fundamental importância para a absorção de mão de obra no campo e para a produção de alimentos, responsável que é por 70% da produção agrícola nacional.

Em que pese a importância deste setor econômico para o Brasil, a agropecuária é o setor de maior risco no que se refere a acidentes do trabalho e o que menos protege os seus trabalhadores, se comparado aos setores secundário e terciário, conforme aponta o SINTER com base em informações oriundas da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Vale dizer que inexistente sistema de registro ou notificação que possa, minimamente, gerar informações confiáveis sobre o número de acidentes e, com isso, assegurar o pagamento de seguro ou indenização por acidente ou doença do trabalho aos trabalhadores rurais. As poucas informações disponíveis estão contidas em estudos realizados pela FUNDACENTRO em parceria com entidades públicas e privadas.

Também merece destaque a questão do manuseio de venenos agrícolas. Segundo a FUNDACENTRO, 60% dos estabelecimentos rurais manuseiam e aplicam venenos agrícolas, expondo a riscos de acidente e doença do trabalho uma parcela significativa da População Economicamente Ativa Rural. Dados obtidos por esta entidade evidenciam os riscos enfrentados pelos trabalhadores rurais: 77% dos usuários desconhecem o receituário agrônomo, 49% não leem o rótulo ou bula do produto manuseado; 52% não lavam as mãos após usar o produto; 31% lavam os equipamentos e roupas utilizados na aplicação junto com as roupas da família.

Por todo o exposto, julgamos que não pode a complexidade e a heterogeneidade do setor agropecuário serem determinantes para alijar os empregados rurais e trabalhadores rurais em regime de economia familiar da proteção social, em especial do direito à aposentadoria especial com limite de idade reduzido.

Nesse sentido, consideramos que a proposta é meritória e votamos pela sua aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado em anexo.

Sala da Comissão, em            de            de 2015.

Deputado BONIFÁCIO ANDRADA  
Relator

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2015**  
**(Da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)**

Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para reduzir em cinco anos o limite de idade para aposentadoria dos trabalhadores rurais que comprovadamente exerçam atividade rural sob exposição de agentes nocivos à saúde ou à integridade física.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 18.....*

*.....*  
 § 3º *Fica assegurada a concessão de aposentadoria especial para os segurados incluídos nos incisos I, alínea a, e VII do art. 11 desta Lei aos cinquenta anos de idade, se mulher, e aos cinquenta e cinco anos de idade, se homem, desde que comprovado o exercício de atividade rural em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física durante quinze ou mais anos.” (NR)*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2015.

Deputado BONIFÁCIO ANDRADA  
 Relator